



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 16 DE SETEMBRO DE 1997

Senhor Ministro Iris Rezende; Senhor Diretor da Polícia Federal; Senhor General Cardoso, da Casa Militar; Secretário Gregori, dos Direitos Humanos; Senhores Secretários de Segurança, Senhores Superintendentes da Polícia Federal; Senhoras e Senhores,

Eu agradeço essa oportunidade de nos encontrarmos, as palavras do Ministro Iris Rezende e o esforço que estão decididos a fazer para cumprir o que é um ditame constitucional.

Nós, hoje, vivemos numa democracia. Democracia exige respeito à lei e exige que os responsáveis pelo Governo processem as demandas e atendam às necessidades da população. Esse é o nosso objetivo. Essa é a minha determinação. Sempre foi e continuará sendo. Nós não podemos consentir que haja um estado de desagregação na sociedade, que começa pelo desrespeito às leis. Não podemos transformar a vigência da lei num instrumento que impeça as transformações sociais. O equilíbrio está, exatamente, entre esses dois pólos: manter a lei e permitir, ao mesmo tempo, que haja transformações e, portanto, utilizar um critério democrático e de bom senso.

Nós não podemos assistir de braços cruzados à violência crescente. A sociedade brasileira toda clama por um paradeiro na violência. Essa violência, hoje, se manifesta no trânsito – por sorte, aprovamos, agora, um novo Código de Trânsito –, se manifesta no seqüestro, se manifesta na droga, se manifesta no contrabando, se manifesta em invasões descabidas da propriedade, mormente no caso da propriedade rural. Quem fala aqui é favorável, profundamente, à reforma agrária e ao acesso à propriedade por aqueles que desejam trabalhar na terra. E não falo hoje. Há muitas décadas, penso da mesma maneira. Atuei e continuarei atuando dessa maneira.

O Ministro Iris Rezende acabou de dizer que, neste governo, nós avançamos mais do que em toda a história do Brasil – é verdade –, em termos de famílias assentadas e em termos de legislação, porque o Congresso não faltou, em nenhum momento, com o apoio a uma legislação, que, quantas vezes, vieram aqui para me dizer que seria inalcançável. Ela foi alcançada. Eu já desapropriei 4 milhões de hectares de terra e não tenho nenhum receio de desapropriar outros 4, se for necessário e se for justo. Quatro milhões é mais do que uma Bélgica, Ministro. É muita terra. Estamos fazendo um esforço enorme para dar condições a que essa terra seja bem aproveitada por aqueles que necessitam de terra para trabalhar.

Então, é inequívoco o compromisso do Governo, no sentido das transformações sociais do assentamento. Mas nós não podemos também transformar esse objetivo numa prática quotidiana de desrespeito à lei. Se o juiz determinou, cumpra-se a decisão do juiz – goste-se ou não se goste –, como nós cumprimos. Quantas decisões eu sou obrigado a cumprir, as quais eu preferiria que fossem diferentes? Nem comento, nem comento. O Presidente da República jamais comentou decisão de juiz, porque não corresponde, numa ordem democrática, à função do Presidente estar comentando as decisões de juiz. Cumprem-se as decisões.

Não quero que se mal interpretem as minhas palavras, nem as do Ministro Iris. O desarmamento de todos é necessário. Dos fazendeiros também. Em certas regiões do Brasil, principalmente dos fazendeiros, que estão, muitas vezes, se armando desnecessariamente, no temor de

que não seja dada a segurança pelo Estado. O Estado existe para dar essa segurança a todos. Não é só a um lado.

Acho muito importante essa implementação da lei aprovada sobre o porte de armas. É fundamental que isso ocorra e que nós nos empenhe-mos nessa direção, assim como é fundamental que nós tomemos, cada vez mais, consciência de que o perigo do tráfico de drogas e de armas – e eles vêm juntos, muitas vezes – é hoje, talvez, a maior ameaça que nós temos que enfrentar. Não se trata de uma ameaça corriqueira. É uma ameaça de proporções muito graves.

Nós não faremos nada disso, se não nos entendermos, se não nos entrosarmos, nos vários níveis responsáveis pela segurança do Estado, sem competição entre eles – Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Forças Armadas –, cada qual, naturalmente, no seu âmbito constitucional de ação, mas com entrosamento.

Acredito que o trabalho que está sendo feito pelo Ministro Iris Rezende, com o apoio de todos os que trabalham no Governo e no Ministério, é um trabalho, precisamente, de articulação dessas forças, dentro do respeito à lei e sem violência. Nós não precisamos dela. Quando se têm autoridade, lei e disposição, não é preciso violência para que se cumpram as decisões com a prudência, que deve estar sempre orientando a ação daqueles que são detentores da lei, portanto, as forças de segurança, as Forças Armadas. Com a prudência necessária, nós precisamos fazer com que as leis se cumpram.

Não me parece um bom sinal o desrespeito continuado da lei. No início, esse desrespeito pode até favorecer a um grupo. No final, desfavorece a todos. Ou cria anarquia, ou o que é a consequência dessa anarquia, que é um Estado duro, autoritário, que nós, no Brasil, não queremos, e não teremos. Nós seremos um Estado de direito. Um Estado que respeita a cidadania, mas que, para que possa também ser respeitado, tem que ser cumpridor dos ditames da justiça e cumpridor daquilo que é a determinação constitucional.

Essas eu acho que são palavras quase que desnecessárias, porque dizem respeito, apenas, ao estado democrático de direito. E o compromisso, que foi também mencionado pelo Ministro, para que não seja

derivada uma posição não favorável a essas formações sociais, é claro: o compromisso é com as transformações sociais. Não se pode imaginar que exista qualquer objetivo outro que não seja o de permitir que as transformações ocorram dentro de um clima de tranqüilidade, dentro de um clima em que se possa, efetivamente, atender aos reclamos, que são mais do que justos, de uma sociedade que, durante tanto tempo, foi capaz de gerar tanta exclusão social, e agora pede que, em muito pouco tempo, se resolva a exclusão social que foi criada por séculos.

Nós temos a maturidade suficiente para saber que não temos condições de resolvê-la de pronto, mas também temos o empenho para saber que estamos fazendo muito, mas que podemos fazer muito mais, que faremos muito mais para resolver esse processo de exclusão, essas desigualdades, essas injustiças, porque o nosso país, hoje, não aceita mais a injustiça, não aceita a desigualdade e também não aceita a impunidade. E a impunidade passa a existir quando as pessoas infringem a lei e não são coibidas dessa infringência. Todos, qualquer que seja o seu grau na hierarquia social, o seu grau de riqueza, o seu prestígio político, o seu poder, têm que estar submetidos ao império da lei, que é o que há de governar, numa democracia, os homens, e não o contrário, os homens estarem, a toda hora, a ajustar a lei para os seus próprios fins. Essas, as diferenças; essas, as demarcações claras entre o que é um regime democrático e o que é um regime de arbítrio.

Nós aqui somos, alguns, velhos lutadores pela democracia. Continuamos sendo e, por isso mesmo, estamos coordenando – os senhores todos e nós todos – para que possamos cumprir melhor nossa missão. Tenho certeza de que cada um de nós vai cumprir, apropriadamente, a missão que nos corresponde. Portanto, eu agradeço muito a oportunidade deste encontro e espero que ele se renove, para que haja uma articulação crescente para a tranqüilidade da família brasileira e do povo brasileiro.

Muito obrigado a todos.